

Diário Oficial do Estado - 11/06/2014

DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO

Ato do Defensor Público-Geral do Estado, de 10-06-2014

Cessando a designação do Defensor Público João Guilherme Ponzoni Marcondes para exercer a função de Coordenador-Auxiliar do Núcleo Especializado de Direitos do Idoso e da Pessoa com Deficiência, e fazendo cessar a gratificação mensal equivalente a 10% sobre os vencimentos de Defensor Público Nível I, em razão do exercício de atividade em condição de especial dificuldade decorrente da natureza do serviço, nos termos do art. 7º, VI, c.c. art. 8º, “b”, ambos da Deliberação CSDP 286/2013, a partir de 16-6-2014.

Designando, nos termos do art. 19, XXII, da Lei Complementar 988/06 e do art. 19, parágrafo único, Deliberação CSDP 38/07, a Defensora Pública Lucia Thome Reinert para, com prejuízo de suas atribuições, exercer as funções administrativas atinentes à Coordenação-Auxiliar do Núcleo Especializado de Direitos do Idoso e da Pessoa com Deficiência, e atribuindo a gratificação mensal equivalente a 10% sobre os vencimentos de Defensor Público Nível I, em razão do exercício de atividade em condição de especial dificuldade decorrente da natureza do serviço, nos termos do art. 7º, VI, c.c. art. 8º, “b”, ambos da Deliberação CSDP 286/2013, a partir de 16-6-2014.

Ato do Defensor Público-Geral do Estado, de 10-06-2014

Cessando a designação do Defensor Público Pietro da Silva Estabile para exercer a função de Coordenador Auxiliar da DPE, Unidade São Miguel Paulista, Regional Leste da Capital, e fazendo cessar a gratificação de função, equivalente a 8% dos vencimentos de Defensor Público Nível I, nos termos do artigo 19, inciso II, das Disposições Transitórias da LC 988/06, a partir de 03-06-2014.

Designando o Defensor Público Rafael Soares da Silva Vieira para, sem prejuízo de suas atribuições ordinárias, exercer as atribuições administrativas atinentes à função de Coordenador Auxiliar da DPE, Unidade São Miguel Paulista, Regional Leste da Capital, e atribuindo a gratificação pelo exercício de atividade em condições de especial dificuldade decorrente da natureza do serviço, equivalente a 10% dos vencimentos de Defensor Público Nível I, nos termos do art. 7º, inciso VI, c/c art. 8º, “b”, ambos da Deliberação CSDP 286/2013, a partir de 03-06-2014.

SEGUNDA SUBDEFENSORIA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO

Ato do Segundo Subdefensor Público-Geral do Estado, de 10-06-2014

Cessando, com base no artigo 1º, I, “b”, do Ato da Defensora Pública-Geral do Estado, de 14-02-2014, publicado no D.O. de 15-02-2014 e artigo 23 da LCE 988/2006, a designação da Defensora Pública Cristina Victor Garcia para exercer atividade em condições de especial dificuldade decorrente da natureza do serviço, referente à atuação em plantões judiciais aos sábados, domingos e feriados, nos termos do artigo 7º, inciso XIV, c.c. artigo 8º, “d”, ambos da Deliberação CSDP 286/2013, a partir de 01-07-2014.

Ato do Segundo Subdefensor Público-Geral do Estado, de 10-06-2014

Cessando, com fundamento no artigo 1º, I, “a”, do Ato da Defensora Pública-Geral do Estado, de 14-02-2014, publicado no DO de 15-02-2014, a gratificação atribuída ao Defensor Público Rafael Gandara D'Amico, referente à atividade em condições de especial dificuldade decorrente da

localização, equivalente a 10% dos vencimentos do Defensor Público Nível I, a que se refere o artigo 2º, II, c/c artigo 3º, II, da Del. CSDP 286/13, a partir de 13-06-2014.

Ato do Segundo Subdefensor Público-Geral do Estado, de 10-06-2014

Designando, com base no artigo 1º, I, “b”, do Ato da Defensora Pública-Geral do Estado, de 14-02-2014, publicado no DO de 15-02-2014 e artigo 23 da LCE 988/2006, a Defensora Pública Nalida Coelho Monte para, sem prejuízo das atribuições ordinárias, atuar no Centro de Cidadania da Mulher – Casa Brasilândia, às terças-feiras, e atribuindo a gratificação mensal pelo exercício de atividade em condição de especial dificuldade decorrente da natureza do serviço, fixada em 10% sobre o valor de referência do cargo de Defensor Público Nível I, nos termos do art. 7º, X, c.c. art. 8º, “b” ambos da Deliberação CSDP 286/2013, no período de 10-06-2014 a 31-10-2014.

Ato do Segundo Subdefensor Público-Geral do Estado, de 10-06-2014

Cessando, com base no artigo 1º, I, “b”, do Ato da Defensora Pública-Geral do Estado, de 14-02-2014, publicado no DO de 15-02-2014, a designação da Defensora Pública Daniela Thomaz Cristante para atuar no Centro de Integração e Cidadania – CIC Casa da Cidadania, e fazendo cessar a gratificação equivalente a 10% dos vencimentos do Defensor Público nível I, nos termos do art. 7º, X, c.c art. 8º, “b”, ambos da Deliberação CSDP 286/2013, a partir de 01-06-2014.

Ato do Segundo Subdefensor Público-Geral do Estado, de 10-06-2014

Cessando, com base no artigo 23 da LCE 988/2006, a designação do Defensor Público Marco Christiano Chibebe Waller para exercer as atribuições administrativas atinentes à função de gerenciamento do Atendimento Inicial da Regional Criminal da Capital, e fazendo cessar a gratificação pelo exercício de atividade em condições de especial dificuldade decorrente da natureza, equivalente a 5% dos vencimentos de Defensor Público nível I, nos termos do art. 7º, XVI, c/c parágrafo único, do art. 8º, ambos da Deliberação CSDP 286/2013, a partir de 16-06-2014.

Ato do Segundo Subdefensor Público-Geral do Estado, de 10-06-2014

Designando, com fundamento no artigo 1º, I, “f”, do Ato da Defensora Pública-Geral do Estado, de 14-02-2014, publicado no DO de 15-02-2014 c.c. artigo 5ª, do Ato do Segundo Subdefensor Público-Geral do Estado, de 12-08-2013, publicado no D.O. de 14-08-2013, a Defensora Pública Maria Teresa Bastia Vichi para organizar administrativamente os trabalhos no Centro de Integração da Cidadania – CIC Francisco Morato, a partir de 09-06-2014.

Ato do Segundo Subdefensor Público-Geral do Estado, de 10-06-2014

Cessando, com base no artigo 1º, I, “b”, do Ato da Defensora Pública-Geral do Estado, de 14-02-2014, publicado no DO de 15-02-2014, a designação do Defensor Público Rafael Galati Sabio para atuar na prestação de assistência jurídica à população em situação de rua, e fazendo cessar a gratificação equivalente a 10% dos vencimentos do Defensor Público nível I, nos termos do art. 7º, X, c.c art. 8º, “b”, ambos da Deliberação CSDP 286/2013, a partir de 10-06-2014.

Designando, com base no artigo 1º, I, “b”, do Ato da Defensora Pública-Geral do Estado, de 14-02-2014, publicado no DO de 15-02-2014 e artigo 23 da LCE 988/2006, a Defensora Pública Fernanda Costa Teixeira para, sem prejuízo das atribuições ordinárias, atuar na prestação de assistência jurídica à população em situação de rua, às quintas-feiras, e atribuindo a gratificação mensal pelo exercício de atividade em condição de especial dificuldade decorrente da natureza

do serviço, fixada em 10% sobre o valor de referência do cargo de Defensor Público Nível I, nos termos do art. 7º, X, c.c. art. 8º, “b” ambos da Deliberação CSDP 286/2013, no período de 11-06-2014 a 28-08-2014.

CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO

Pauta da 377ª Sessão do Conselho Superior da Defensoria Pública

Data da realização: 13-06-2014 às 09h30.

Local: Sala de Reuniões do Edifício Sede na Rua Boa Vista, 200, 1º andar

Hora do Expediente:

I. Leitura e aprovação de ata da sessão anterior

II. Comunicações da Presidência

III. Comunicações da Secretaria

IV. Momento aberto

V. Manifestações dos Conselheiros sobre assuntos diversos

Ordem do Dia

CSDP 1172/09

Interessado: Segundo Subdefensor Público-Geral

Assunto: Proposta de Edição de Código de Ética

Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva

CSDP 353/13

Interessado: Presidente da Comissão de Prerrogativas

Assunto: Relatório semestral de atividades da Comissão de Prerrogativas (outubro de 2012 a abril de 2013).

Relator: Conselheiro Rafael Bessa Yamamura

CSDP 355/13

Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo

Assunto: Proposta de deliberação, que cria a função de Coordenador (a) de Habitação, Urbanismo e Questões Agrárias e fixam suas rotinas administrativas.

Relator: Conselheiro Bruno Ricardo Miragaia Souza

CSDP 356/13

Interessados: Tatiana Semensatto de Lima Costa e Fernando Artacho Carvalho Martins

Assunto: Proposta de alteração das atribuições na Regional de Osasco - Unidade Carapicuíba (1ª e 3ª Defensoria Pública da Unidade Carapicuíba)

Relator: Conselheiro Bruno Diaz Napolitano

CSDP 012/14

Interessada: Defensoria Pública-Geral do Estado

Assunto: Concurso de promoção do nível I para o nível II, relativo ao ano de 2014.

Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva

Revisor: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho

Processo nº - Interessado (a)

014/14 - Benno Buchman

015/14 - Luiza Ferreira Coelho

016/14 - Saulo Dutra de Oliveira

017/14 - Luis Fernando Vilas Boas Bonachela
018/14 - Juliano Bassetto Ribeiro
019/14 - Rodrigo de Almeida Castro
020/14 - Fabricio Keidy Arakaki
021/14 - Felix Roberto Damas Junior
022/14 - Diogo Cesar Perino
023/14 - Guilherme Augusto Campos Bedin
024/14 - Juliana Martins de Carvalho Monnerat
025/14 - Flavia Quintaes Louvain Coelho
026/14 - Amanda Ruiz Babadopulos
027/14 - Mariana Melo Bianco
028/14 - Debora Lopes de Carvalho
029/14 - Ricardo Jorge Kruta Barros
030/14 - Mariana Zakia Cavalcanti
032/14 - Rosely Galvao Mota
033/14 - Leonardo Scofano Damasceno
035/14 - Rebeca Barbosa Leite da Freiria Estevão
036/14 - Mario Henrique Ditticio
037/14 - Elisa Maria Rudge Ramos da Silva Telles
038/14 - Fernanda Caccvali Macedo
039/14 - Fabiana Julia Oliveira Resende
040/14 - Andre Spilari Bernardi
041/14 - João Paulo dos Santos
042/14 - Rafael Lessa Vieira de Sá Menezes
044/14 - Monica Godano Schlodtmann
045/14 - Bruno Cesar da Silva
046/14 - Rafael Folador Strano
047/14 - Cristina Son
048/14 - Carla Pinheiro Martins
049/14 - Andrea da Silva Lima
050/14 - Renata de Mello
051/14 - Paula Vieira Salles
052/14 - Jose Rodolfo Stutz Cunha
053/14 - Priscilla Batista Bastos
054/14 - Eduardo Jacomo Teixeira
055/14 - Danielle Cristina Uemura
056/14 - Thaluane Fonseca
057/14 - Bruno Girade Parise
058/14 - Ana Livia Mottola
059/14 - Douglas Tadashi Magami
060/14 - Carolina Leite Lopez de Leon
061/14 - Gustavo Rodrigues Minatel

062/14 - Luiza Lins Veloso
063/14 - Matheus Bortoletto Raddi
064/14 - Adriano Lino Mendonça
065/14 - Virginia Sanches Rodrigues Caldas Catelan
066/14 - Felipe Capra da Cunha Lopes
067/14 - Augusto Guilherme Amorim Santos Barbosa
068/14 - Danilo Martins Ortega
069/14 - Mariana Salomão Carrara
070/14 - Marta Morena Maluly Cardoso
071/14 - Bernardo Faeda e Silva
072/14 - Luciana Angelo Almeida Santos
073/14 - Larissa Grimm Bakri
074/14 - Douglas Ribeiro Basilio
075/14 - Simone Lavelle Godoy de Oliveira
076/14 - Ricardo Lourenço Dias Ferro
077/14 - Erik Saddi Arnesen
078/14 - Maria Clara Paletta Lomar
079/14 - Beatriz Sutti Ferreira
080/14 - Rafael Soares da Silva Vieira
081/14 - Milena Jackeline Reis
082/14 - Roseleine Aparecida da Silva
083/14 - Aurea Maria de Oliveira Manoel
084/14 - Bruna Gonçalves Loureiro de Andrade Barros
085/14 - Cristina Emy Yokaichiya
086/14 - Adriana Mas Rosa
087/14 - Veronica dos Santos Sionti
088/14 - Vanessa Alves Vieira
089/14 - Flavio de Oliveira Frias
090/14 - Mariana Pagano Gil
091/14 - Ana Paula de Souza Campos
092/14 - Daniel Mobley Grillo
093/14 - Orivaldo de Sousa Ginel Junior
094/14 - Paulo Andre Costa Carvalho Matos
095/14 - Renata Oliva Monteiro
096/14 - Silvia Caniver Drago
097/14 - Ana Braga Nobre Correia
098/14 - Camila Paronetti Silva
099/14 - Anna Cecilia Silva Ferreira de Oliveira
100/14 - Andre Cadurin Castro
101/14 - Mario Eduardo Bernardes Spexoto
102/14 - Arthur Soares Pinto Moser
103/14 - Luciano Pereira de Andrade

104/14 - Jonas Zoli Segura

105/14 - Karina Santos Salvador

107/14 - Maria Teresa Bastia Vichi

109/14 - Juliana Alves de Almeida

110/14 - Fabio Henrique Esposto

CSDP 034/14

Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher

Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (agosto de 2013 a janeiro de 2014).

Relator: Conselheiro Bruno Diaz Napolitano

CSDP 114/14

Interessado: Cesar Augusto Luiz Leonardo

Assunto: Proposta de Deliberação que concede afastamento, verba de representação e possibilita a nomeação de Defensor Público Assessor aos Conselheiros eleitos no âmbito do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

Relatora: Conselheira Marcia Regina Garutti

CSDP 118/14

Interessada: Cristina Emy Yokaichiya

Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP 206/11 (que regulamenta o concurso de remoção a pedido no âmbito da Defensoria Pública do Estado)

Relator: Conselheiro Bruno Diaz Napolitano

CSDP 126/14

Interessado: Alessandro Izzo Coria

Assunto: Impugnação a lista de antiguidade para fins de promoção, publicada no D.O. de 15-03-2014

Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva

CSDP 127/14

Interessada: Fabiana Botelho Zapata

Assunto: Impugnação a lista de antiguidade para fins de promoção, publicada no D.O. de 15-03-2014

Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva

CSDP 129/14

Interessada: Patricia Simeonato

Assunto: Impugnação a lista de antiguidade para fins de promoção, publicada no D.O. de 15-03-2014

Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva

CSDP 131/14

Interessado: Felipe Pires Pereira

Assunto: Impugnação a lista de antiguidade para fins de promoção, publicada no D.O. de 15-03-2014

Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva

CSDP 151/14

Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Segunda Instância e Tribunais Superiores

Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (julho a dezembro de 2013)

Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva

CSDP 178/14

Interessada: Primeira Subdefensoria Pública-Geral do Estado

Assunto: Proposta de Deliberação que busca estabelecer a política de atendimento das pessoas provisoriamente presas, atendidas pela Defensoria.

Relator: Conselheiro Rafael Bessa Yamamura

CSDP 183/14

Interessado: Coordenadora do Núcleo Especializado dos Direitos do Idoso e da Pessoa com Deficiência

Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (outubro a março de 2014).

Relator: Conselheiro Bruno Diaz Napolitano

CSDP 198/14

Interessado: CONDEPE

Assunto: Apresentação da lista tríplice para preenchimento do cargo de Ouvidor - Geral da Defensoria Pública do Estado de São Paulo

Relatora: Conselheira Franciane de Fátima Marques

CSDP 226/14

Interessada: Marcela Venturini Diorio

Assunto: Pedido de afastamento para participação, como palestrante e espectadora, no V Simpósio Internacional sobre Reduccion de Danõs, nos dias 26 e 27-06-2014

Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto

CSDP 227/14

Interessada: EDEPE

Assunto: Pedido de afastamento para participação no curso "Regularização Fundiária - Gestão Urbanística, Jurídica e Social", no período de 16, 23 e 30 de junho e 07, 14 e 21-07-2014.

Relator: Conselheiro Augusto Guilherme Amorim Santos Barbosa

CSDP 229/14

Interessado: Coordenador do Núcleo Especializado de Situação Carcerária

Assunto: Apresentação de modelo de formulários de atendimento, nos termos da Deliberação CSDP 297/14 (que organiza a política institucional de atendimento às pessoas presas provisoriamente atendidas pela Defensoria Pública do Estado)

Relator: Conselheiro Bruno Ricardo Miragaia Souza

056/14 - Thaluane Fonseca

057/14 - Bruno Girade Parise

058/14 - Ana Livia Mottola

059/14 - Douglas Tadashi Magami

060/14 - Carolina Leite Lopez de Leon

061/14 - Gustavo Rodrigues Minatel

062/14 - Luiza Lins Veloso

063/14 - Matheus Bortoletto Raddi
064/14 - Adriano Lino Mendonça
065/14 - Virginia Sanches Rodrigues Caldas Catelan
066/14 - Felipe Capra da Cunha Lopes
067/14 - Augusto Guilherme Amorim Santos Barbosa
068/14 - Danilo Martins Ortega
069/14 - Mariana Salomão Carrara
070/14 - Marta Morena Maluly Cardoso
071/14 - Bernardo Faeda e Silva
072/14 - Luciana Angelo Almeida Santos
073/14 - Larissa Grimm Bakri
074/14 - Douglas Ribeiro Basilio
075/14 - Simone Lavelle Godoy de Oliveira
076/14 - Ricardo Lourenço Dias Ferro
077/14 - Erik Saddi Arnesen
078/14 - Maria Clara Paletta Lomar
079/14 - Beatriz Sutti Ferreira
080/14 - Rafael Soares da Silva Vieira
081/14 - Milena Jackeline Reis
082/14 - Roseleine Aparecida da Silva
083/14 - Aurea Maria de Oliveira Manoel
084/14 - Bruna Gonçalves Loureiro de Andrade Barros
085/14 - Cristina Emy Yokaichiya
086/14 - Adriana Mas Rosa
087/14 - Veronica dos Santos Sionti
088/14 - Vanessa Alves Vieira
089/14 - Flavio de Oliveira Frias
090/14 - Mariana Pagano Gil
091/14 - Ana Paula de Souza Campos
092/14 - Daniel Mobley Grillo
093/14 - Orivaldo de Sousa Ginel Junior
094/14 - Paulo Andre Costa Carvalho Matos
095/14 - Renata Oliva Monteiro
096/14 - Silvia Caniver Drago
097/14 - Ana Braga Nobre Correia
098/14 - Camila Paronetti Silva
099/14 - Anna Cecilia Silva Ferreira de Oliveira
100/14 - Andre Cadurin Castro
101/14 - Mario Eduardo Bernardes Spexoto
102/14 - Arthur Soares Pinto Moser
103/14 - Luciano Pereira de Andrade
104/14 - Jonas Zoli Segura

105/14 - Karina Santos Salvador

107/14 - Maria Teresa Bastia Vichi

109/14 - Juliana Alves de Almeida

110/14 - Fabio Henrique Esposto

CSDP 034/14

Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher

Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (agosto de 2013 a janeiro de 2014).

Relator: Conselheiro Bruno Diaz Napolitano

CSDP 114/14

Interessado: Cesar Augusto Luiz Leonardo

Assunto: Proposta de Deliberação que concede afastamento, verba de representação e possibilita a nomeação de Defensor Público Assessor aos Conselheiros eleitos no âmbito do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

Relatora: Conselheira Marcia Regina Garutti

CSDP 118/14

Interessada: Cristina Emy Yokaichiya

Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP 206/11 (que regulamenta o concurso de remoção a pedido no âmbito da Defensoria Pública do Estado)

Relator: Conselheiro Bruno Diaz Napolitano

CSDP 126/14

Interessado: Alessandro Izzo Coria

Assunto: Impugnação a lista de antiguidade para fins de promoção, publicada no D.O. de 15-03-2014

Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva

CSDP 127/14

Interessada: Fabiana Botelho Zapata

Assunto: Impugnação a lista de antiguidade para fins de promoção, publicada no D.O. de 15-03-2014

Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva

CSDP 129/14

Interessada: Patricia Simeonato

Assunto: Impugnação a lista de antiguidade para fins de promoção, publicada no D.O. de 15-03-2014

Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva

CSDP 131/14

Interessado: Felipe Pires Pereira

Assunto: Impugnação a lista de antiguidade para fins de promoção, publicada no D.O. de 15-03-2014

Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva

CSDP 151/14

Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Segunda Instância e Tribunais

Superiores

Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (julho a dezembro de 2013)

Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva

CSDP 178/14

Interessada: Primeira Subdefensoria Pública-Geral do Estado

Assunto: Proposta de Deliberação que busca estabelecer a política de atendimento das pessoas provisoriamente presas, atendidas pela Defensoria.

Relator: Conselheiro Rafael Bessa Yamamura

CSDP 183/14

Interessado: Coordenadora do Núcleo Especializado dos Direitos do Idoso e da Pessoa com Deficiência

Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (outubro a março de 2014).

Relator: Conselheiro Bruno Diaz Napolitano

CSDP 198/14

Interessado: CONDEPE

Assunto: Apresentação da lista tríplice para preenchimento do cargo de Ouvidor - Geral da Defensoria Pública do Estado de São Paulo

Relatora: Conselheira Franciane de Fátima Marques

CSDP 226/14

Interessada: Marcela Venturini Diorio

Assunto: Pedido de afastamento para participação, como palestrante e espectadora, no V Simpósio Internacional sobre Reduccion de Danões, nos dias 26 e 27-06-2014

Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto

CSDP 227/14

Interessada: EDEPE

Assunto: Pedido de afastamento para participação no curso "Regularização Fundiária - Gestão Urbanística, Jurídica e Social", no período de 16, 23 e 30 de junho e 07, 14 e 21-07-2014.

Relator: Conselheiro Augusto Guilherme Amorim Santos Barbosa

CSDP 229/14

Interessado: Coordenador do Núcleo Especializado de Situação Carcerária

Assunto: Apresentação de modelo de formulários de atendimento, nos termos da Deliberação

CSDP 297/14 (que organiza a política institucional de atendimento às pessoas presas provisoriamente atendidas pela Defensoria Pública do Estado)

Relator: Conselheiro Bruno Ricardo Miragaia Souza

CGDP CAEP 002/13

Interessado: Adriano Pinheiro Machado Buosi

Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório

Relator: Conselheiro Bruno Ricardo Miragaia Souza

CGDP CAEP 043/13

Interessada: Fernanda Fernandes Gomes Rozo

Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório

Relator: Conselheiro Bruno Ricardo Miragaia Souza

CGDP CAEP 026/13

Interessado: Daniel Palotti Secco

Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório

Relator: Conselheiro Horácio Xavier Franco Neto

CGDP CAEP 053/13

Interessada: Isadora Brandao Araujo da Silva

Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório

Relator: Conselheiro Horácio Xavier Franco Neto

CGDP CAEP 103/13

Interessado: Urbano Finger Neto

Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório

Relator: Conselheiro Horácio Xavier Franco Neto

CGDP CAEP 071/13

Interessado: Marcelo Dayrell Vivas

Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório

Relator: Conselheiro Horácio Xavier Franco Neto

CGDP CAEP 025/13

Interessado: Daniel Bidoia Donade

Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório

Relator: Conselheiro Horácio Xavier Franco Neto

CGDP CAEP 005/13

Interessada: Alline Delbem

Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório

Relator: Conselheiro Horácio Xavier Franco Neto

CGDP CAEP 089/13

Interessado: Rafael Cardoso Freitas

Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório

Relator: Conselheiro Horácio Xavier Franco Neto

CGDP CAEP 035/13

Interessado: Eduardo Terração

Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório

Relator: Conselheiro Horácio Xavier Franco Neto

CGDP CAEP 039/13

Interessado: Fausto Dalmaschio Ferreira

Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório

Relator: Conselheiro Horácio Xavier Franco Neto

ESCOLA DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO

Comunicado

A ESCOLA DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO torna pública decisão tomada no "Programa de Capacitação de Defensores Públicos" (Ato da Direção da EDEPE 09/08), nos seguintes termos:

Autos 0041/2014

Interessado: RODRIGO AUGUSTO TADEU MARTINS LEAL DA SILVA

Curso: PÓS GRADUAÇÃO LATO SENSU EM SERVIÇO SOCIAL

Instituição: FMU

Data: 27-05-2014

Teor: "Defiro o ingresso no 'Programa de Ajuda Financeira para Capacitação de Defensores Públicos do Estado de São Paulo', com reembolso na proporção de 100% e pagamento bimestral, nos termos da manifestação do servidor responsável, observando-se oportunamente eventual aplicação do disposto no artigo 5º, §1º, do regulamento."

Extrato de Contrato

A Direção da ESCOLA DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO, no uso de suas atribuições, torna sem efeito a despesa efetivada com a contratação de prestação de serviços de fornecimento de alimentação do tipo coffee break e coquetel, incluindo serviços correlatos e de suporte para eventos promovidos pela Escola da Defensoria Pública do Estado, por meio de Ata de Registro de Preços 02/2013, nos seguintes termos:

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO DO TIPO COFFEE BREAK E COQUETEL

PREGÃO ELETRÔNICO: 002/2013

ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.39-73

PROGRAMA DE TRABALHO: 03.092.4200.6023.0000

EMPRESA CONTRATADA: BUFFET BELLITA LTDA-ME- CNPJ 05.939.377/0001-24

PROCESSO DE GESTÃO DE CONTRATOS EDEPE 312/13

CIRCUNSCRIÇÃO TERRITORIAL: SÃO PAULO E REGIÃO DO GRANDE ABC.

ORDEM DE SERVIÇO Nº - DATA DE EXECUÇÃO - VALOR TOTAL - EMPRESA - QUANTIDADE - TIPO

58/2014 - 09-06-2014 - R\$ 810,00 - Buffet Bellita - 90 - B

59/2014 - 11-06-2014 - R\$ 810,00 - Buffet Bellita - 90 - B

TOTAL: R\$ 1.620,00

COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

Portaria do Coordenador Auxiliar de Administração, de 10-06-2014

Credenciando, com fundamento no artigo 72, da Lei Complementar 988 de 09-01-2006 combinado com o artigo 16 das Disposições Transitórias e Finais da Deliberação CSDP 26, de 21-12-2006, como estagiário, para exercer, na Defensoria Pública do Estado – Regional Norte Oeste da Capital, atividades compatíveis com os seus conhecimentos acadêmicos, nos termos da Lei 8.906, de 04 de julho de 1.994, do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, o(s) estudante(s) de direito:

VANDERSON SILVA BARROSO R.G:421351494; fazendo jus, mensalmente, nos termos da Deliberação CSDP 243, de 10-02-2012, à bolsa auxílio no valor correspondente a R\$750,00.

Comunicado do Coordenador Geral de Administração

"Empresa: L.S.K.L. Marcenaria Ltda. EPP

Processo 4371/2012

A Defensoria Pública do Estado de São Paulo, após deflagração e conclusão de procedimento administrativo sancionatório, aplica à empresa em epígrafe a penalidade de suspensão

temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual pelo prazo de 2 anos, nos termos do artigo 87, III, da Lei Federal 8.666/93”.

DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA E MATERIAIS

Comunicado

Processo: CGA.DP 4406/2013

Interessado: Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

Assunto: Aquisição e instalação de divisórias por meio do Sistema de Registro de Preços.

REPUBLICADO POR CONTER INCORREÇÕES

Tratam os autos de procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial realizado sob o número 13/2014.

Após o regular processamento da fase interna iniciaram-se os preparativos para a sessão de julgamento ocorrida em 15-04-2014, conforme ata de julgamento juntada às fls. 225/229 dos autos.

Após a análise dos recursos interpostos a Sessão foi dada como fracassada e o edital republicado.

A nova Sessão Pública ocorreu em 23-05-2014 com a presença das empresas EAM Obras e Construções Ltda, JLA Construções e Comércio Ltda e Didiane Youri Tauhata – ME.

Houve a análise das propostas apresentadas e a realização da fase de diligências que culminou no credenciamento constante da Ata de fls. 453/457.

Abertos os envelopes de habilitação percebeu-se que nenhuma das participantes tinha condições de habilitação o que gerou novamente o fracasso da licitação.

Após a sessão ter sido declarada fracassada deu-se a oportunidade para apresentação de recursos ocasião em que a empresa EAM Obras e Construções Ltda manifestou sua intenção de recorrer quanto à decisão que a inabilitou e entendeu como fracassado o mencionado Pregão Presencial.

Ao apresentar suas razões alegou resumidamente que os atestados de capacidade técnica apresentados por ela cumpriam a exigência de comprovação dos 50% de execução do montante da ARP (fls. 460/463).

Não foram apresentadas contrarrazões.

Consultado o Grupo Técnico a Arquiteta informou que os atestados não estavam de acordo com o Edital, pois não compreendiam a margem de perda dos 10% (fls. 464).

A Comissão de Licitação emitiu parecer mantendo a declaração de fracasso e sustentando que a Administração está vinculada ao edital e por ordem expressa do item 7.1.4 a demonstração da qualificação técnica deveria incluir o percentual de perda (fls. 465/468).

Com a interposição do Recurso e a apresentação do parecer da Comissão de Licitação, os autos foram encaminhados para análise e julgamento.

É o relatório.

Passo a decidir.

DO MÉRITO.

Diante da análise detida dos autos entendo ter sido acertada a decisão da Pregoeira em manter a inabilitação da empresa e declarar a sessão fracassada. Senão Vejamos:

A inabilitação ocorreu, pois não houve comprovação por parte da empresa de que já teria

executado aos menos 50% do valor que está sendo licitado, lembrando que esta exigência está expressa no item 7.1.4.

7.1.4.1. Atestado(s) de capacidade técnica para exigência da qualificação operacional, nos termos do inciso II, do artigo 30, da Lei de Licitações, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, de modo a comprovar o atendimento anterior de, no mínimo, 50% do total da quantidade mencionada no item 1.3, assim considerada as medidas com o acréscimo de 10% de perda nas quantidades totais (Coluna B da tabela constante do item 1.3).

Tentando fundamentar seu pleito a Recorrente junta jurisprudência do TCU e a Súmula 30 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

No entanto, nenhum destes argumentos tem relação com o objeto do recurso.

A jurisprudência colacionada apenas assegura a possibilidade de cumular atestados diversos para atingir a porcentagem de demonstração exigida no edital, mas não afasta a necessidade deles.

Já a referida súmula apenas flexibiliza a exigência dos atestados não sendo necessário que o objeto ali retratado seja o mesmo que está sendo licitado, bastando que haja uma relação entre eles¹. Desta, forma, a súmula também não afasta a necessidade de os atestados estarem dentro das exigências editalícias de porcentagem de comprovação da execução.

Alega, ainda, que a Administração teria discricionariedade para dispensá-lo. No entanto, confunde-se sobre o momento desta discricionariedade.

De fato a Defensoria poderia ter deixado de exigir a apresentação de atestados, porém, esta decisão só pode ser tomada até a elaboração do edital.

Estando este inserido entre as obrigações da concorrente, não há mais que se falar em discricionariedade, pois a decisão anteriormente tomada passa a ser vinculante.

Daí o tão aclamado princípio da vinculação do instrumento convocatório.

Sendo assim, estando a exigência explícita no edital e estando precluso o momento da discricionariedade sobre a exigência dos atestados de capacidade técnica não há que se falar em afastamento da exigência.

Isso se dá também, para assegurar os princípios basilares da licitação que garantem a legalidade, impessoalidade, moralidade e igualdade tão aclamados pelo Recorrente em suas Razões Recursais.

Logo, para que os atestados apresentados estivessem de acordo com edital eles deveriam efetivamente abarcar os 10% de perda.

CONCLUSÃO.

Diante das razões aqui aduzidas entendo que a decisão da Pregoeira e da Comissão de Licitação foi acertada, pois não só garantiu a igualdade no julgamento das propostas evitando a preferência a um dos licitantes como garantiu a integridade do erário público que será resguardado com a abertura de nova Sessão que garanta a entrega correta das documentações, bem como possibilite a abertura da etapa de lances, essencial para a economia gerada por este tipo de certame.

Em face do exposto, RECEBO o Recurso Administrativo impetrado pela empresa EAM Obras e Construções Ltda por ser tempestivo, e, no mérito, NEGOU PROVIMENTO, mantendo a inabilitação da empresa, bem como a declaração do fracasso da Sessão pelos motivos aqui

apontados.

NÚCLEO ESPECIALIZADO DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO, RACISMO E PRECONCEITO

Ata da 59ª Reunião Ordinária

Aos trinta e um dias do mês de janeiro do ano de dois mil e catorze, com início às nove horas e trinta minutos, reúnem-se, em Reunião Ordinária, na sala de reuniões da Defensoria Pública, localizada na Rua Boa Vista 103 – 2º andar, São Paulo/SP, conforme o Artigo 22, parágrafo 1º, da Deliberação do CSDP 38 de 04-05-2007, os integrantes do Núcleo Especializado de Combate à Discriminação, Racismo e Preconceito:

A Defensora Pública Coordenadora Vanessa Alves Vieira, André Cadurin Castro, André Vicentini Gazal, Aurea Maria de Oliveira Manoel, Bruno Bortolucci Baghim, Carla Ferreira Zapparoli, Douglas Ribeiro Basilio, Erik Saddi Arnesen, Fernanda Costa Hueso, Lucas Pampana Basoli, Maíra Coraci Diniz, Maria Teresa Bastia Vichi, Mario Eduardo Bernardes Spexoto, Paulo Fernando de Andrade Giostri, Roberta Marques Benazzi Villaverde, Tatiana Mendes Simões Soares. Faltas justificadas: Giovanna Blanco Magdalena, Ricardo Gabriel Gomes Pedreira. Faltas injustificadas: Larissa Grimm Bakri.

Análise de Procedimentos Administrativos pelos Membros e Colaboradores

PA 01/2010

Interessado: U.M.J.

Assunto: Discriminação contra Comunidade Tradicional

Defensora: Maíra Coraci Diniz

A Plenária deliberou por entrar com “Amicus curiae”, tendo em vista a alta complexidade desta atuação, também foi aprovada a redistribuição dos demais PA's aos membros e colaboradores do Núcleo de Combate à Discriminação, Racismo e Preconceito.

PA 38/2012

Interessado: R.J.V.

Assunto: Discriminação Homofóbica

Defensora: Maíra Coraci Diniz

A Plenária deliberou pelo arquivamento do procedimento administrativo, diante da decisão desfavorável ao denunciante, conforme o parecer do Relator.

PA 109/2011

Interessado: L.M.

Assunto: Discriminação Homofóbica

Defensor: André Vicentini Gazal

A Plenária deliberou pelo arquivamento do procedimento administrativo, diante da decisão desfavorável ao denunciante, conforme o parecer do Relator.

PA 71/2013

Interessado: H. P.

Assunto: Discriminação Homofóbica

Defensor: André Vicentini Gazal

O interessado reclamou que o oficial entregou a intimação ao seu sobrinho e com isso gerou um conflito interno. A Plenária discutiu que este procedimento é realizado em outras esferas e por isso não vislumbram problemas, uma vez que se o problema está ocorrendo dentro de um

ambiente familiar e foi entregue dentro deste ambiente não há problemas com o sigilo processual.

PA 02/2013

Interessado: J.P.F.F.

Assunto: Discriminação Homofóbica

Defensor: Bruno Bortolucci Baghim

A Plenária deliberou pelo arquivamento do procedimento administrativo, diante da não localização do interessado, conforme o parecer do Relator.

PA 90/2013

Interessado: C.P.D.S

Assunto: Discriminação Homofóbica

Defensor: Bruno Bortolucci Baghim

A Plenária deliberou pelo prosseguimento do referido defensor no caso, não possuindo problemas do mesmo continuar no caso, conforme informações do Relator.

PA 35/2011

Interessado: J.S.

Assunto: Discriminação Homofóbica

Defensor: Lucas Pampana Basoli

A Plenária deliberou pelo arquivamento do procedimento administrativo, diante da decisão desfavorável ao denunciante e diante da solicitação de arquivamento pela denunciante, conforme o parecer do Relator.

PA 68/2012

Interessado: L.A.

Assunto: Discriminação Homofóbica

Defensor: Lucas Pampana Basoli

A Plenária deliberou pelo arquivamento do procedimento administrativo, conforme o parecer do Relator.

PA 93/2013

Interessado: N.C.D.R.P.

Assunto: Discriminação Homofóbica

Defensor: Lucas Pampana Basoli

A Plenária deliberou que o NCDRP deverá auxiliar na busca de contato do interessado para que possa dar andamento ao feito, conforme solicitação do Relator.

PA 77/2011

Interessado: C.R.R.O.

Assunto: Discriminação Racial

Defensor: André Vicentini Gazal

A Plenária deliberou pelo arquivamento do procedimento administrativo, diante da decisão favorável ao denunciante, conforme o parecer do Relator.

PA 80/2012

Interessado: H.I.

Assunto: Discriminação Religiosa

Defensor: Douglas Ribeiro Basilio

A Plenária deliberou pelo arquivamento do procedimento administrativo, as partes foram oficiadas previamente, conforme o parecer do Relator.

PA 58/2011

Interessado: R.G.A.

Assunto: Discriminação Homofóbica

Defensor: Douglas Ribeiro Basilio

A Plenária deliberou pelo arquivamento do procedimento administrativo, diante da decisão favorável ao denunciante, conforme o parecer do Relator.

PA 84/2010

Interessados: W. A. C e J. L. N. S.

Assunto: Discriminação praticada pelo cinema devido a um beijo entre os denunciantes.

Defensor: Vanessa Alves Vieira

A Plenária deliberou pelo arquivamento do procedimento administrativo, conforme o parecer do Relator.

PA 40/2010

Interessado: L.M

Assunto: Discriminação praticada pelo pastor Luis Cavalcante em sua página na internet

Defensor: Vanessa Alves Vieira

A Plenária deliberou pelo arquivamento do procedimento administrativo, conforme o parecer do Relator.

PA 105/2012

Interessado: E.P. e J.W.F.

Assunto: Discriminação praticada pelo Arsenal da Esperança

Defensor: Vanessa Alves Vieira

A Plenária deliberou pelo arquivamento do procedimento administrativo, conforme o parecer do Relator.

PA 97/2013

Interessado: B. P. A.

Assunto: Discriminação Racial praticada pelo "Supermercado Extra"

Defensor: Vanessa Alves Vieira

A Plenária deliberou pelo arquivamento do procedimento administrativo, conforme o parecer do Relator.

PA 92/2013

Interessado: L. A. F. A.

Assunto: Adolescente Transexual na Escola

Defensor: Vanessa Alves Vieira

A Plenária deliberou pelo arquivamento do procedimento administrativo, tendo em vista que o denunciante mudou-se de escola e solicitou arquivamento, conforme o parecer do Relator.

PA 106/2012

Interessado: D. A. N.

Assunto: Transexual presa denuncia por carta

Defensor: Vanessa Alves Vieira

A Plenária deliberou pelo arquivamento do procedimento administrativo, tendo em vista que a denunciante foragiu da unidade prisional, conforme o parecer do Relator.

PA 114/2011

Interessado: A. R. L.

Assunto: animais em casa

Defensor: Vanessa Alves Vieira

A Plenária deliberou pelo arquivamento do procedimento administrativo, tendo em vista que o denunciante retirou a denúncia, conforme o parecer do Relator.

PA 20/2014

Interessado: K.A.B.S

Assunto: Denúncia recebida via Disque 100 sobre caso de possível homicídio.

Defensor: Vanessa Alves Vieira

A Plenária deliberou pelo arquivamento do procedimento administrativo, conforme o parecer do Relator.

PA 79/2013

Interessado: UNEafro - Brasil

Assunto: Discriminação Racial praticada pelo programa “Fantástico” da “Rede Globo”

Defensor: Vanessa Alves Vieira

- A Defensora Pública Coordenadora Vanessa Alves Vieira leu aos presentes o ofício de resposta da emissora de televisão sobre possível ato de racismo cometido por ela. A plenária decidiu por elaborar uma carta recomendatória, para que não se repita tais atos.

PA 89/2013

Interessada: Tabyta Ferrari

Assunto: Discriminação praticada pela rede globo quando utilizava por diversas vezes a palavra “traveca” no núcleo cômico da novela, ridicularizando as pessoas trans.

Defensor: Vanessa Alves Vieira

- A Defensora Pública Coordenadora Vanessa Alves Vieira leu aos presentes o ofício de resposta da emissora de televisão sobre discriminação ocorrida em teledramaturgia contra a comunidade Travestis. A plenária decidiu por acatar a o a resposta e proferiu pelo arquivamento.

Assuntos Diversos

- A Defensora Pública Coordenadora Vanessa Alves Vieira comentou a todos a troca de andar do Núcleo de Combate à Discriminação, Racismo e Preconceito, devido a mudanças que estão ocorrendo nas sedes da Defensoria. Comentou ainda a chegada da nova Agente de Defensoria a Psicóloga Elisabete Freire e da remoção da Oficial Raquel Miada que deixou o NCDRP para atuar junto à unidade Tupã da Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

- A Defensora Pública Coordenadora Vanessa Alves Vieira discorreu a todos sobre a realização de panfletagem, ocorrida no último dia 29 de janeiro. sobre os direitos dos Travestis e Transexuais, realizada no “Dia da Visibilidade Trans”.

- A plenária discutiu sobre o caso do adolescente K. A. B. S. ocorrido recentemente no município de São Paulo, onde a coordenação do NCDRP oficiou a Delegacia de Polícia responsável pelo caso, solicitando maiores informações acerca do ocorrido, sendo que até o presente momento não houve resposta.

- O defensor Paulo Fernando de Andrade Giostri trouxe a todos os presentes o caso da Delegada de Polícia Laura de Castro Teixeira, que passou recentemente por uma cirurgia de mudança de sexo, a qual mostrou interesse de atuar na Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (Deam), em Goiânia e foi deferida a sua atuação, mostrando um avanço importante para a comunidade LGBT.

- A Defensora Pública Coordenadora Vanessa Alves Vieira explanou o caso de J.L, e a possibilidades envolvidas na adoção de medidas coletivas ou individuais.

- A Defensora Pública Coordenadora Vanessa Alves Vieira explanou a todos que o NCDRP entrou com uma ACP, em conjunto com os demais Núcleos Especializados da Defensoria Pública, contra diversos Shoppings garantindo os direitos dos adolescentes em frequentar os espaços.

- A plenária comentou que está havendo demora no andamento dos processos de caso raciais junto à SJDC. A Defensora Pública Máira Coraci Diniz, comentou que inclusive já peticionou diversas vezes, porém não houve despacho desta manifestação de demora. A Coordenadora Vanessa Alves Vieira comentou que já teve casos dos denunciante reclamarem a coordenação desta demora na resolução dos casos. Vanessa ainda comentou que poderá ter alguma represália por parte da SJCD, caso seja realmente oficiada. A plenária decidiu em fazer um levantamento dos casos que estão parados, para ser agendada uma futura reunião com a SJCD para solicitar explicações da demora.

- A defensora Tatiana sugeriu que nos casos em que as denúncias que também podem ser ingressadas na esfera cível, já sejam encaminhadas, com a petição inicial, a avaliação socioeconômica e declaração de necessidade preenchidas. Sugere ainda que seja feita uma consulta prévia a unidade, para saber se seria acompanhada, pela unidade ou indicado um defensor do convênio da Defensoria Pública. A coordenadora auxiliar Aurea Maria de Oliveira Manoel comentou que caso realmente queiram entrar na esfera cível o NCDRP deverá ser comunicado previamente para solicitar o preenchimento de tais documentos por parte do denunciante.

Eu, Gabriel Fernando Antunes Passerotti, Oficial de Defensoria do NCDRP, lavrei a presente ata que depois de lida, foi aprovada pelos integrantes deste Núcleo.